

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA
— 1988-1994 —

Ficha Técnica

Título A fundação da Universidade Aberta (1988-1994)

Autoria Maria Isabel João

Produção Serviços de Produção Digital | Direção de Apoio ao Campus Virtual

Edição Universidade Aberta 2018 ©

Coleção Documentos UAb

ISBN 978-972-674-834-2

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA
1988-1994

Índice

Nota de introdução

Introito

Origens e criação da Universidade Aberta

 O ensino a distância no mundo

 O caso português

 Do IPED à Universidade Aberta

A fase de instalação da Universidade (1988-1994)

 As bases jurídicas

 Os suportes físicos e financeiros

 Recursos humanos

 Cursos, formação de professores e profissional

 Emissões de televisão e rádio

 Investigação e desenvolvimento

 Cooperação e redes

Notas

Referências bibliográficas

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

Nota de introdução

A Universidade Aberta de Portugal comemora em 2018 o seu trigésimo aniversário. Desde o momento inicial da sua criação até ao presente sempre se afirmou como instituição inovadora na rede de ensino superior público, não só na pedagogia para o ensino não presencial mas também na sustentabilidade das suas práticas nas tecnologias de mediação da comunicação, partilha e colaboração para o desenvolvimento das aprendizagens e da criação do conhecimento em rede.

Ao longo destes 30 anos participámos de forma ativa nos programas internacionais para o desenvolvimento da qualidade e da tecnologia no sentido da afirmação da confiança social no ensino a distância.

Por esta razão o modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta de Portugal é reconhecido internacionalmente e constitui um padrão de ação no domínio da educação aberta e em rede.

O ensino não presencial é o meio para a inclusão da população adulta na sociedade do conhecimento e a sua participação ativa na construção do pensamento social para a inovação.

Este foi pensamento esclarecido de Roberto Carneiro, Ministro da Educação no XI Governo Constitucional, que num gesto de visão estratégica para a promoção do acesso ao conhecimento e qualificação da população adulta, como meio de aceleração do desenvolvimento cultural e tecnológico do país, criou a Universidade Aberta de Portugal em 1988.

Hoje somos uma universidade que valoriza a criação de conhecimento em língua portuguesa em 31 países. Somos uma universidade que participa ativamente na globalização do conhecimento, na investigação e na formação para a sociedade digital, porque construímos o conhecimento na proximidade em rede na comunidade internacional da língua que nos une.

Com esta publicação damos a conhecer a memória dos momentos da fundação da Universidade Aberta de Portugal. Mas a história do futuro terá uma outra narrativa, na voz da inovação para a construção da Universidade Aberta de Portugal na globalização.

Paulo Maria Bastos da Silva Dias
Reitor da Universidade Aberta de Portugal

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

Introito

Celebra-se em 2018 o trigésimo aniversário da criação da Universidade Aberta (decreto-lei n.º 444/88, de 2 de dezembro). Porém, a criação por decreto não basta para uma instituição se instalar e afirmar no panorama do ensino superior em Portugal. Por isso, entendeu-se que seria importante narrar os primeiros tempos de vida da instituição, balizados entre o decreto de criação e a data em que o seu primeiro reitor toma posse após o processo democrático de eleição pelos órgãos competentes (12 de julho de 1994). Nesse momento, a universidade adquire um estatuto que a equipara às suas congéneres presenciais e fica abrangida pelo regime da autonomia universitária.

Considerou-se ainda que era importante elucidar sobre os contextos e os antecedentes do ensino a distância no mundo e, especificamente, em Portugal, onde tardou a estabelecer-se. A fundação da Universidade Aberta é, naturalmente, o fruto da conjugação de fatores políticos e culturais que a tornaram possível e não é por acaso que somente ocorre depois do golpe de Estado de 25 de abril de 1974 e da implantação do regime democrático. Só então ficaram reunidas as condições para um investimento mais alargado na formação dos portugueses e para a expansão do sistema educativo. Contudo, como

veremos adiante, o processo resultou também de um ato de vontade e do empenho de vários protagonistas; não foi linear nem fácil, nas circunstâncias políticas conturbadas que se viveram naquela época. As dificuldades financeiras do país, que obrigaram a duas intervenções do Fundo Monetário Internacional, e a resistência a um modelo de ensino que era confundido com facilitismo e que se temia poder ser fortemente concorrencial das instituições de ensino superior presenciais trouxeram vários escolhos ao processo de instalação da universidade e exigiram bastante diplomacia. Veremos como as dificuldades foram sendo vencidas e de que modo a universidade se foi desenvolvendo nas várias frentes de atividade de uma instituição de ensino superior a distância, nos primeiros seis anos de existência.



A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

A narrativa que agora se apresenta é suportada por várias fontes, discriminadas nas notas finais e, em particular, nos documentos oficiais, nomeadamente planos estratégicos de desenvolvimento e relatórios de atividades. O apoio de serviços, de funcionários e de colegas do corpo docente também foi importante para reconstituir os factos e pude constatar que, para alguns, a memória ainda está bem viva. Procurar-se-á ser tão fiel quanto possível aos factos e traçar um panorama impressionante daquele período da vida da instituição.

Origens e criação da Universidade Aberta

O ensino a distância no mundo

O desenvolvimento no mundo do ensino a distância é o resultado da afirmação das ideias racionalistas e iluministas que, logo a partir dos séculos XVII e XVIII, valorizaram a difusão da instrução¹. Mas é, sobretudo, o fruto do progresso técnico e da industrialização que criaram as condições económicas e sociais para ser possível a expansão desse tipo de ensino e uma consequência da afirmação dos valores demoliberais e social-democratas, que pugnavam pela massificação da instrução e pela formação dos cidadãos. Pretendia-se então estender a cultura ao maior número de pessoas e preparar cidadãos capazes de exercer, de forma consciente, os deveres cívicos e políticos, além das responsabilidades profissionais, num mundo cada vez mais exigente do ponto de vista tecnológico. Por isso, na segunda metade do século XIX, assistiu-se a um considerável crescimento da oferta de cursos a distância, devido ao facto de haver uma população adulta que tinha de desenvolver as suas competências para assegurar um lugar no mercado de trabalho ou para melhorar a situação profissional.

Porém, a origem do ensino a distância é anterior e podemos referir, brevemente, os principais momentos desse processo, para situarmos, em seguida, o caso português. A taquigrafia

parece ter sido o primeiro domínio em que surgiram cursos a distância, referindo-se vários autores a um anúncio na *Boston Gazette* (1728), em que um professor se propunha ensinar a técnica enviando as lições e os materiais de autoaprendizagem pelo correio. Mais de um século depois, em Inglaterra, Sir Isaac Pitman desenvolveu um sistema de ensino da mesma matéria por correspondência, que consistia no envio das lições pelo correio, devendo os estudantes aplicar os conhecimentos transcrevendo trechos da Bíblia que, por sua vez, remetiam ao docente para serem corrigidos. Estabelecia-se, assim, uma relação de ensino/aprendizagem a distância facilitada pela reforma do Royal Mail, de 1840, e a uniformização das taxas pagas pelos clientes (Penny Post). Na segunda metade do século XIX, o sistema de ensino por correspondência conheceu um grande impulso, nomeadamente na Inglaterra e nos Estados Unidos, fundando-se sociedades com o intuito de providenciar formação a uma população adulta, dispersa em termos geográficos, em muitos casos trabalhadora e sem disponibilidade para frequentar o ensino presencial. Tinha, naturalmente, de possuir a literacia mínima para compreender as lições escritas e para realizar os exercícios que eram propostos. Pode destacar-se a *Society to Encourage Studies at Home*, fundada em 1873 nos Estados Unidos, que se dirigia às mulheres e teve um importante papel cultural até à sua dissolução em 1897².

Na primeira fase de desenvolvimento, o ensino a distância dirigia-se a populações com níveis básicos de escolaridade, mas acabou por se estender ao ensino superior. As universidades também começaram a fornecer cursos por correspondência. A Universidade de Londres distinguiu-se, logo em 1858, ao incluir no programa de estudos externos os cursos que se destinavam a uma população que, de outro modo, não teria possibilidade de frequentar o ensino superior. Uma rede de centros “coloniais” permitia à universidade cumprir a “missão imperial” de difusão da educação³. Um rigoroso sistema de exames garantia a qualidade dos graus obtidos pelos diplomados. A ideia foi replicada noutros países, designadamente nos Estados Unidos (Illinois, Chicago) e, já nas primeiras décadas do século XX, por mais uma dúzia de universidades norte-americanas que investiam, sobretudo, no ensino profissional para adultos. No mundo de língua inglesa a ideia ganhou asas: Nova Zelândia (1880), Canadá (1889), Austrália (1911) e na África do Sul, onde surgiram os primeiros cursos em 1946, ministrados pela Universidade da África do Sul (UNISA). Mas não se ficou por aqueles países, muitos outros investiram naquela modalidade de ensino como forma de alargar o universo da escolaridade. A URSS fundou a primeira instituição superior de ensino a distância em 1926 e rapidamente aumentou o seu número, com o objetivo de formar quadros mais preparados do ponto de vista profissional e político-ideológico, de tal modo que, nos

finais da década de 70, calculava-se em mais de 2 milhões os indivíduos formados por aquele sistema.

O texto escrito sob o formato de lições ou de blocos temáticos, com exercícios e atividades para aplicação dos conhecimentos, era a base do primitivo sistema de ensino a distância. Porém, a expansão da rádio, nos anos 20 e 30, e da televisão, nas décadas seguintes, veio abrir novas vias de comunicação entre docentes e discentes e possibilitou uma maior massificação do sistema. A expansão da rede de telefone permitiu a comunicação direta com os estudantes, apesar de os correios continuarem a ser indispensáveis para o envio de material de aprendizagem. No contexto pós segunda guerra mundial, o acelerado crescimento económico e a expansão técnico-científica conjugaram-se para tornar ainda mais necessária a formação de nível superior. Em 1969, foi fundada a Open University, no Reino Unido, e o seu exemplo inspirou a criação de várias instituições do mesmo género nos anos 70, em Espanha (UNED, 1972), Irão (Free University of Iran, 1973), Alemanha (FernUniversität, 1974) e outros sete países espalhados pelos vários continentes, onde se incluía também a China, em 1978. Já em 1981 foi criada a Open University da Holanda. As experiências das várias instituições de referência eram seguidas com atenção pelas autoridades de diversos países, com o intuito de extrair ensinamentos passíveis de serem aplicados a diferentes realidades e de

inovar os métodos e as técnicas do ensino a distância. O primeiro-ministro trabalhista Harold Wilson reconheceu que uma das influências da sua visão para a universidade aberta no Reino Unido foi a experiência soviética de ensino a distância ao nível superior⁴. O processo expandiu-se a nível mundial e desenvolveram-se mega universidades (mais de 100 000 estudantes) em vários países, especialmente na Ásia.

O caso português

Portugal não era um país pequeno, segundo a propaganda do regime salazarista. O território e a população estendiam-se a um império disperso por África, pelo subcontinente indiano, pelo enclave de Macau e pela ilha de Timor. As ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira também estavam longe do continente, e a metrópole, apesar da reduzida dimensão, carecia de transportes e comunicações que aproximassem as populações dos centros culturais. Mas era, manifestamente, um país com elevadas taxas de analfabetismo até muito tarde e com um baixo nível de qualificação da sua população, porque o poder político e as elites não investiram o suficiente na instrução pública, ao contrário do que aconteceu nos países protestantes do norte da Europa. O ensino a distância poderia ser uma resposta e, à semelhança do que tinha ocorrido noutros países, também em Portugal se realizaram cursos por correspondência, sobretudo no domínio técnico-profissional para o nível elementar e intermédio.

Desconhecemos estudos sobre esta matéria, mas uma pesquisa na Porbase⁵ devolveu-nos cerca de 50 cursos por correspondência. O resultado é, por certo, uma mera amostra incompleta do que se fazia em Portugal. O mais antigo é

de 1932, “Curso Comercial Prático por Correspondência: ensino de escrituração e cálculo comercial”, subscrito por dois autores. A Escola Lusitana de Ensino por Correspondência surge muito ativa nos anos 40, com uma oferta de cursos variada: guarda-livros, curso geral de ciências matemáticas, aritmética e cálculo comercial, língua francesa, portuguesa e inglesa. Da mesma década é, provavelmente, um curso sobre “redação e estilo”, do Centro de Estudos por Correspondência. Na década seguinte, aparece publicado o “ABC da Cozinha: curso de cozinha e bolos”, do Instituto Culinário Irene Vizi; o primeiro ciclo do curso liceal, do Instituto de Estudos por Correspondência; um curso de estenografia editado por dois formadores; um curso de caligrafia do Externato Lusitano de Comércio; um curso de inglês, do Instituto Internacional de Ensino por Correspondência e vários cursos do Instituto Nacional de Comércio.

Nos anos 60, regista-se um curso de monitores de segurança do Centro de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, um curso de corte, género alfaiate para senhora, apresentado pela Academia de Corte Sistema Maguidal, um curso de primeiros socorros, composto de 15 lições, e até um curso elementar de solfejo, de um particular. Do mesmo período deve datar um curso sobre a encíclica do papa João XXIII *Magistra et Mater*, publicado em Braga. Nas décadas seguintes a oferta de cursos por correspondência continua a ser

feita por várias entidades e por formadores, nomeadamente o Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho, o Centro de Formação Profissional para a Qualidade (CEQUAL), com cursos no âmbito do controlo de qualidade e da estatística.

O panorama fica mais completo se tivermos em conta um levantamento não exaustivo feito na segunda metade dos anos 80, em que foi possível recensar doze organizações que ministravam cursos por correspondência, entre as quais a mais antiga remontava a 1947⁶. Algumas organizações conseguiam chegar ao Brasil e aos territórios africanos. Apesar de distante da importância que tiveram nos países protestantes, também há cursos de cariz religioso, como “O caminho para uma vida feliz: curso bíblico por correspondência”, publicado em 1985. A limitadíssima retrospectiva feita e a percepção que temos da realidade indicam que a formação profissional e a cultura geral dominavam o panorama da oferta de cursos em regime de ensino a distância e que eram os privados que mais investiam naquela atividade, embora haja alguns cursos patrocinados por organismos públicos.

De facto, o Estado português demorou a adotar o ensino a distância para suprir a enorme carência de formação da população. Numa primeira fase, o investimento foi feito somente no sentido de expandir a utilização dos meios audiovisuais para melhorar a instrução pública. Em 1964, foi

criado o Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino (IMAVE) no Ministério da Educação Nacional, com o objetivo de promover: “a realização de programas de radiodifusão e televisão escolares”, “a aquisição, produção, troca e distribuição de material de cinema, projecção fixa, fotografia e gravação sonora para fins didáticos e culturais, e orientar a sua utilização”; e de colaborar com o Centro de Estudos de Pedagogia Áudio-Visual, do Instituto de Alta Cultura, para estudar a melhor forma de obter bons resultados com essas técnicas⁷. No contexto do IMAVE, foi criada a Telescola nessa mesma data⁸. Ao fim de pouco mais de quatro anos foram revistos os diplomas, mas mantiveram-se no essencial as disposições relativas ao modo de funcionamento da Telescola⁹. Em 1971, no quadro de uma reestruturação mais ampla dos serviços do Ministério da Educação Nacional, aquele Instituto deu lugar ao Instituto de Tecnologia Educativa (ITE)¹⁰.

A finalidade da Telescola consistia na difusão de cursos pela rádio e pela televisão que eram seguidos pelos estudantes nos postos de receção espalhados por todo o país. Nas salas de aula, cada grupo de 25 alunos devia ser acompanhado por um monitor com a função de “assegurar a disciplina,

preparar a receção, preparar os trabalhos de aplicação de que as lições serão normalmente seguidas, esclarecer dúvidas dos alunos e certificar-se do seu aproveitamento” (art.º 11.º - 2). Não se tratava de ensino a distância na plena aceção do conceito, visto que os estudantes tinham presença obrigatória em aulas, horários e acompanhamento presencial de um docente. Contudo, havia também a possibilidade de adquirir os materiais de estudo e seguir os cursos pela televisão, propondo-se aos exames nacionais de forma autónoma. Logo em 1965 foi criado o Curso Unificado da Telescola, mais tarde designado Ciclo Preparatório TV, que teve uma importância enorme na extensão dos seis anos de escolaridade a uma parte significativa da população. Calcula-se que, em média, frequentavam a Telescola 60.000 estudantes por ano, o que eleva para mais de um milhão os que beneficiaram daquele subsistema educativo até ao final dos anos 80¹¹.

Como se referiu antes, o ensino superior a distância estava em expansão na Europa e no mundo. Por isso, a questão também se colocou em Portugal e, em 1975, uma comissão *ad hoc* composta por várias personalidades propôs a criação de uma universidade de ensino a distância¹². Dois anos após



A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

o golpe de Estado de 25 de abril, na vigência do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo, num contexto político marcado pela vontade de promover um rápido desenvolvimento do país, foi publicado o decreto-lei de criação de uma Universidade Aberta (UNIABE). Pretendia-se que aquela fosse um instrumento que eficazmente contribuísse para “o progresso da democracia e construção do socialismo”¹³. A nova universidade não era vista como uma alternativa às outras instituições de ensino superior, “mas como um elo entre todas as Universidades e escolas superiores portuguesas”¹⁴. Utilizaria, essencialmente, como “canais de comunicação pedagógica os sistemas *multimedia* de educação e ensino a distância” (art. 1.º). O I Governo Constitucional, sob a liderança de Mário Soares, entendeu que o projeto não estava ainda suficientemente amadurecido e suspendeu *sine die* a sua execução¹⁵. Do ponto de vista financeiro, a conjuntura era muito desfavorável e, em 1977, ocorreu a primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal.

Entretanto, é lançado o chamado ano propedêutico para os estudantes que terminavam o 11.º ano de escolaridade e pretendiam aceder ao ensino superior¹⁶. No preâmbulo da lei explica-se que Portugal era um dos poucos países europeus que ainda não tinha uma escolaridade pré-universitária de doze anos, por isso, enquanto não se criava o 12.º ano, seria introduzido um ano em que seriam lecionadas cinco disciplinas

em regime de ensino a distância. O modelo adotado consistia em combinar emissões televisivas com cadernos de apoio sobre cada uma das matérias de estudo e uma rede de setenta centros de apoio nas escolas secundárias do país. No contexto especialmente conturbado e difícil da época, o sistema de acesso ao ensino superior tinha sofrido várias alterações, e o ano propedêutico, com um arranque problemático e o grande óbice de não haver uma cobertura de todo o país pela rede de televisão, saldou-se por taxas de insucesso elevadas nos exames. A população-alvo constituída por adolescentes tem dificuldade em compaginar-se com um modelo de ensino que exige autodisciplina e independência; naquela fase da vida, o apoio presencial sistemático seria indispensável¹⁷. Apesar disso, o sistema ainda funcionou durante três anos por falta de alternativa, tendo sido extinto em 1980 pelo decreto que criou o 12.º ano de escolaridade¹⁸.

Do IPED à Universidade Aberta

Depois daquela primeira experiência de ensino formal a distância, extraíram-se as necessárias lições e avançou-se para a criação do Instituto Português de Ensino a Distância (IPED), em 1979, que seria uma espécie de antecâmara da futura Universidade Aberta¹⁹. O primeiro decreto sofreu uma revisão em 1980 e foram especificadas as atribuições do IPED: projetar e conceber programas de estudo de nível superior destinados a populações adultas, nomeadamente para completamento de habilitações de professores do ensino secundário e de pessoal destinado às autarquias locais ou já nelas exercendo funções; curso de nível terminal do ensino secundário para adultos que pretendessem ingressar no ensino superior através do exame nacional de capacidade para o efeito; cursos de extensão cultural especialmente vocacionados para a preservação do património e a divulgação/promoção da língua e da cultura portuguesas no país e no estrangeiro; cursos de atualização e especialização para diplomados do ensino superior. Tinha ainda como objetivos investigar a pedagogia do ensino a distância e as respetivas técnicas, bem como preparar os instrumentos necessários para a criação da Universidade Aberta – definir os objetivos, formar o pessoal, propor a mobilização dos meios

materiais e os dispositivos legais indispensáveis. A criação de uma instituição transitória foi uma medida prudente, negociada entre o último presidente do ano propedêutico, Professor Armando Rocha Trindade, depois presidente do IPED, com o ministro da Educação Veiga da Cunha, que seria retomada pelo seu sucessor do VI Governo Constitucional, Vítor Crespo²⁰.

Estimava-se que o prazo para a criação da Universidade Aberta seria de quatro anos e, de facto, em finais de 1984 estava concluído o projeto por parte do Conselho Científico-Pedagógico do IPED²¹ e foi apresentado à tutela. O ministro José Augusto Seabra pediu um parecer ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) que, temendo a concorrência de uma nova instituição que não estava sujeita ao *numerus clausus*, lavrou um parecer negativo²². O projeto enfrentava várias resistências de índole política e cultural e, mais uma vez, o país estava sob a intervenção do FMI, sendo a situação de austeridade a nível financeiro. A criação da Universidade Aberta ficou suspensa.

Entretanto, o IPED procurava afirmar-se e fazer o seu caminho. As instalações iniciais eram muito insuficientes e foi adquirido o Palácio Ceia, na Rua da Escola Politécnica. O edifício, bastante degradado e a precisar de obras urgentes, pertencia na altura à Imprensa Nacional-Casal da Moeda que lhe estava a dar uma limitada utilização. O IPED transferiu-se para aquelas instalações em 1983 e durante anos foram sendo feitas obras de restauro do edifício e de adaptação às necessidades de uma instituição de ensino a distância. Ao mesmo tempo, na medida da disponibilidade financeira do Instituto, foram realizadas pesquisas para a aquisição progressiva da infraestrutura tecnológica imprescindível para o desempenho das funções previstas na lei da sua criação.

Em janeiro de 1987, o Professor Rocha Trindade passou a exercer também a presidência do ITE. Procurou-se então integrar este organismo no IPED, com a exclusão da Telescola, que ficou adstrita à Direção Geral do Ensino Básico e Secundário. Os respetivos equipamentos, instalações e pessoal vinham, naturalmente, fornecer ao Instituto parte dos meios que necessitava para exercer a sua missão, mas criava um novo problema de gestão que era a integração de duas organizações com culturas distintas²³. Pela mesma altura, a tutela reconhecia a designação Projeto Universidade Aberta (PUA), em vez de IPED. Deste modo, procurava afirmar-se, junto dos poderes públicos, a ideia de que estava em cima da

mesa o projeto de criação daquela universidade, o qual vinha sendo sucessivamente postergado pelos governos.

No plano nacional, um impulso decisivo para se ultrapassar o impasse ocorreu com a nomeação do Engenheiro Roberto Carneiro para ministro da Educação, no XI Governo Constitucional, dado que tinha uma posição favorável ao ensino a distância e conhecia as experiências estrangeiras nesse domínio. A nível europeu, a criação da European Association of Distance Teaching Universities (EADTU), de que o Projeto Universidade Aberta (PUA) foi membro fundador, e uma recomendação do Parlamento Europeu no sentido de ser fomentada a criação de universidades abertas na Europa, como forma de elevar a formação da população adulta, também contribuíram para um ambiente propício. Não esquecendo que a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, tinha apontado o ensino a distância, mediante o recurso aos meios multimédia e às novas tecnologias da informação, como uma forma complementar do ensino regular ou mesmo como uma modalidade alternativa de educação escolar, referindo-se concretamente à Universidade Aberta²⁴. Em 1988, realizou-se em Lisboa o seminário da EADTU sobre “Desenvolvimento a longo prazo do ensino a distância na Europa” e, na sessão de encerramento, a 2 de julho de 1988, o ministro Roberto Carneiro anunciou publicamente a decisão de criar a Universidade Aberta²⁵. Um parecer técnico dos

dirigentes daquela associação tinha sido dirigido ao governo em defesa do PUA e as condições políticas pareciam estar, finalmente, maduras para o efeito. Contudo, o processo ainda foi demorado: escoaram-se cinco meses antes da publicação do decreto-lei de criação e mais dois, a partir daquela data, para a nomeação do reitor pela tutela²⁶.

O decreto-lei n.º 44/88, de 2 de dezembro criou por fim a Universidade Aberta, mas agora outra batalha se iniciava para a sua instalação e afirmação como instituição de ensino superior público integrada, de pleno direito, no quadro da lei da autonomia das universidades.



A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

A fase de instalação da Universidade (1988-1994)

A primeira etapa da vida da Universidade Aberta pode ser balizada entre a data de criação da instituição, a 2 de dezembro de 1988, e a tomada de posse do Professor Rocha Trindade como reitor eleito, a 12 de julho de 1994. Toma-se como primeira referência a data do decreto mas, do ponto de vista institucional, só tinha sido possível entrar numa relativa normalidade com a nomeação do primeiro reitor, que transitava da presidência do IPED para aquele novo cargo, com a cerimónia da tomada de posse a ter lugar a 21 de fevereiro de 1989. Sem esse requisito cumprido, não se podiam tomar as medidas indispensáveis ao funcionamento da Universidade: nomeação dos quadros superiores, afetação e recrutamento do resto do pessoal, afetação de instalações, mobiliários e equipamentos, estabelecimento de um plano de atividades a curto prazo²⁷. Os aspetos marcantes dos primeiros cinco anos e meio consistiram em lançar as bases da organização e funcionamento da Universidade, pôr em marcha os primeiros cursos e toda a logística inerente aos serviços académicos, montar os serviços técnicos e iniciar a produção dos blocos multimédia para o ensino e a emissão de programas radiofónicos e televisivos.

Facto central no processo de afirmação da Universidade foi a elaboração dos primeiros Estatutos, condição *sine qua non* para poder emparceirar com as congéneres presenciais e para se colocar no âmbito da Lei n.º 108/88, de 24 de setembro, que estabelecia a autonomia universitária. O processo de homologação dos Estatutos pela tutela foi um processo difícil, uma autêntica “via dolorosa”, que esteve em linha com os inúmeros obstáculos enfrentados pelos dirigentes da Universidade e, em particular, pelo seu reitor, para dar corpo à Universidade Aberta²⁸. Por isso, a segunda data de referência é a tomada de posse do Prof. Rocha Trindade como reitor eleito, o que indica que a instituição iria entrar numa nova etapa da sua existência.



As bases jurídicas

O diploma de criação define a Universidade Aberta como uma “instituição educativa que utiliza métodos de ensino a distância para leccionação dos seus cursos, ministrados a populações adultas, extensas e geograficamente dispersas”²⁹. Percebe-se que a intenção do legislador é abrir uma segunda oportunidade para a formação geral e especializada de populações que, por diversas razões, nomeadamente a distância dos principais centros urbanos e a sua vida profissional, não conseguem frequentar o ensino presencial. Acresce ainda uma vocação para desenvolver a educação não formal e a formação permanente da população adulta em geral ou de setores profissionais específicos. Entende-se também que a Universidade Aberta constitui um “meio privilegiado para motivar a preservação e reforço da nossa identidade cultural, dentro e fora do País, para incentivar um melhor conhecimento da nossa língua e cultura e para intensificar as acções de cooperação no mundo da língua portuguesa”. Para poder prosseguir tais objetivos deveria a Universidade “prestar e receber colaboração das instituições de ensino superior portuguesas”.

Tal como as outras instituições de ensino superior, a Universidade Aberta é “uma pessoa colectiva de direito público

e goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.” (artigo 1.º- 2). De igual modo, a sua atividade desdobra-se pelo ensino, a investigação e desenvolvimento, a extensão cultural e a prestação de serviços à comunidade. Utiliza os meios, as técnicas e as metodologias próprias do ensino a distância, bem como as tecnologias multimédia e da informação para comunicar e interagir com o universo dos estudantes e da população-alvo das suas ações. Para o desempenho das vastas atribuições que lhe são cometidas, o legislador entende que a Universidade Aberta “poderá recorrer a meios materiais e humanos de outras instituições públicas e privadas de ensino e de formação, através da celebração de protocolos” (artigo 2.º- 2).

A estrutura orgânica compreendia os seguintes órgãos: Reitor, Conselho Científico, Conselho de Orientação Pedagógica e Conselho Administrativo. Os serviços de apoio técnico e administrativo e dois institutos completavam o elenco: o Instituto de Ensino a Distância, que integrava o ensino e a investigação, e o Instituto de Comunicação Multimédia, vocacionado para o apoio ao sistema educativo e para a formação profissional. Previa-se ainda a constituição de uma comissão consultiva que integraria representantes dos interesses empresarial, educativo e cultural, cuja composição devia ser regulamentada por portaria do Ministério da Educação. O reitor era nomeado por despacho conjunto do

Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação. No exercício das suas funções podia ser coadjuvado por um vice-reitor e por um administrador. Além do reitor, diversos cargos de direção requeriam a nomeação pelo Ministro da Educação, sob proposta reitoral. Todo o sistema era hierárquico e dependente do governo, nomeadamente da tutela direta. Estabelecia-se, por fim, que a Universidade Aberta tinha de dispor de uma rede primária de centros de apoio, com capacidade para proporcionar aos estudantes inscritos nos cursos formais um apoio científico-pedagógico individualizado, a qual seria constituída com base na rede de estabelecimentos de ensino superior, através da celebração de protocolos. Os centros deviam estar equipados com os documentos *scripto*, áudio, vídeo e informáticos de suporte aos cursos em lecionação e com o equipamento necessário para a sua utilização. Nos centros prestavam serviço os docentes do ensino superior ou, caso não fosse possível, monitores que faziam a ligação, sempre que fosse necessário, com a sede da Universidade Aberta.

A Universidade podia ministrar cursos formais, não formais e livres. Os cursos formais de pós-graduação eram “obrigatoriamente leccionados em regime presencial” (artigo 25.º- 3). Os estudantes que desejassem ingressar tinham de preencher cumulativamente três condições: possuir a idade mínima prevista no regulamento do exame extraordinário

de capacidade para acesso ao ensino superior (25 anos); a habilitação académica de nível igual à exigida para outros cursos homólogos em instituições de ensino superior público ou ter obtido aprovação no exame de capacidade; não se encontrar matriculado em qualquer outro estabelecimento de ensino superior. Os cursos não conferentes de grau não estavam sujeitos a tais restrições no acesso. O número de inscrições ficava condicionado, naturalmente, à capacidade organizativa e logística do sistema de administração do ensino a distância. A Universidade Aberta dispunha de maior flexibilidade quanto à organização do calendário escolar e duração dos respetivos cursos, aplicando-se um regime de créditos a cada unidade letiva. A avaliação revestia duas formas distintas: a avaliação de frequência e a final. A primeira consistia no envio pelo estudante dos trabalhos que tinha sido solicitado a realizar pela Universidade, respondidos de forma completa e dentro dos prazos indicados. A admissibilidade a provas finais dependia de o estudante ter cumprido esse requisito e do pagamento prévio de uma taxa de inscrição no exame que era presencial.

A Universidade podia conferir todos os diplomas e graus previstos para o ensino universitário em geral, mas com uma importante restrição. Os graus académicos de mestrado, de doutoramento e o título de agregado podiam ser conferidos somente “nos domínios e metodologias da atividade específica

da instituição” (artigo 31.º- 2). Competia ao Ministro da Educação fixar, em portaria, as condições da atribuição de diplomas e graus pela UAb. Constituíam receitas da Universidade as dotações que lhe fossem atribuídas no Orçamento do Estado, os rendimentos de bens, serviços e produtos que vendesse, os subsídios, participações e legados que viesse a receber, o resultado dos emolumentos e propinas cobrados pelos cursos ministrados e os saldos de gerência de anos anteriores. A Universidade Aberta recebia o pessoal do Instituto Português de Ensino a Distância e do Instituto de Tecnologia Educativa, que pertencia ao quadro único do Ministério da Educação, com a exceção do que estava afeto ao Ciclo Preparatório TV. No mesmo diploma era extinto o ITE (artigo 43.º- 1).

No artigo 24.º, indicava-se que a estrutura orgânica teria uma vigência de três anos. Os dirigentes da UAb começaram, dentro do prazo, a trabalhar na elaboração dos respetivos Estatutos e apresentaram-nos à tutela, mas a sua homologação arrastou-se por quase dois anos³⁰. Foi a Ministra da Educação Maria Manuela Dias Ferreira Leite que desbloqueou a situação e, a 9 de março de 1994, homologou os Estatutos e mandou publicá-los no Diário da República³¹. Com a entrada em vigor dos Estatutos, a Universidade integrava-se plenamente no sistema de ensino universitário português que se regia pela Lei da Autonomia, segundo os princípios e normas constantes

da Lei n.º 108/88, de 24 de setembro. À autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, já estabelecidas no diploma de criação, acrescentam-se a autonomia estatutária e disciplinar (artigo 2.º- 1). As atribuições aparecem mais detalhadas, mas basicamente compaginam-se com aquilo que já estava definido. Explicita-se em que consistem as várias autonomias de que a Universidade dispõe e estabelece-se princípios como a liberdade de criação e de opinião, a pluralidade, a democraticidade e a participação de todos os corpos universitários na vida académica. Quanto à gestão administrativa e financeira, preconiza-se que seja feita “por objetivos, segundo uma lógica empresarial” (artigo 6.º).

No domínio dos cursos e diplomas, surgem algumas novidades importantes. Além de não estar sujeita aos calendários escolares gerais, a Universidade Aberta também não adotava o regime de precedências genericamente fixado para os outros estabelecimentos de ensino superior (artigo 8.º- 2). Estabelecia-se que a Universidade organizaria os próprios concursos locais de acesso aos cursos e alargava-se o universo daqueles que podiam candidatar-se, os quais tinham de preencher cumulativamente as seguintes condições: idade superior em 3 anos à da maioridade legal (21 anos) ou, em alternativa, comprovem o desempenho de atividade profissional remunerada durante 2 anos após a maioridade legal; terem completado estudos secundários que

constituíssem à data a conclusão do curso de habilitação de acesso ao ensino superior; terem obtido aprovação em provas específicas de acesso ao curso em causa; não se encontrarem matriculados em qualquer outra instituição de ensino superior. Não se estabelece qualquer restrição aos graus académicos que a Universidade pode oferecer e prevê-se que pode ainda conceder títulos honoríficos (artigo 11.º- 1 e 2).

O símbolo da Universidade e o respetivo logotipo são formados pelo “contorno estilizado de uma janela neoclássica a negro, enquadrando um fundo azul, no caso de apresentação a cores” (artigo 12.º-1). A divisa é a expressão latina *ad astra* e o Dia da Universidade fixado a 13 de junho, dia de Santo António, que é o seu patrono espiritual. É definido o traje académico que se distingue pelas linhas simples e sóbrias, bem como as respetivas insígnias (o colar).

A estrutura orgânica passa a estar de acordo com a lei geral aplicada pelas universidades presenciais, com as especificidades que decorrem do regime de ensino a distância. Nos órgãos de governos surgem dois novos com características democráticas. A Assembleia representativa de todos os corpos que compõem a Universidade e membros por inerência e eleitos, com importantes funções: eleger o reitor, dar-lhe posse e decidir sobre a sua destituição, e aprovar as alterações dos estatutos (artigo 20.º). O Senado universitário, um órgão colegial,

composto por membros natos e eleitos, a quem cabe “definir as grandes linhas de política geral da universidade, bem como acompanhar e apreciar a sua execução.” (artigo 40.º). O Senado ocupa um lugar central na vida da Universidade, com extensas competências, presidido pelo reitor, que tem voto de qualidade. O reitor passa a ser eleito para um mandato de quatro anos renovável uma única vez. Há duas condições para um candidato poder ser elegível: ter a categoria de professor catedrático de nomeação definitiva e ser ou ter sido membro do Conselho Científico da UAb por período superior a um ano. O reitor pode ser coadjuvado por dois vice-reitores e por pró-reitores, até ao limite de três. O Conselho Administrativo é o órgão de gestão administrativa, financeira e patrimonial da Universidade, cuja composição é definida nos estatutos: o reitor, que preside, dois vice-reitores, o administrador, o diretor dos Serviços Administrativos e um representante designado pelo colégio de delegados dos estudantes.

A comissão consultiva muda a designação para Conselho Consultivo e tem uma composição alargada de representantes do empresariado, de organismos e serviços responsáveis pelo setor pedagógico do sistema educativo, das relações de cooperação, no espaço comunitário ou extracomunitário, de fundações com atividades culturais, da comunicação social, do pelouro governamental ligado à área do desenvolvimento local e regional, de instituições de ensino superior politécnico,

do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, das confederações sindicais e, ainda, três individualidades de reconhecido mérito.

Os órgãos científico-pedagógicos têm como função coadjuvar e apoiar o reitor nas suas áreas de intervenção específicas e a sua composição é estipulada nos estatutos. Além disso, existem as unidades orgânicas: o Instituto de Ensino a Distância e o Instituto de Estudos Pós-Graduados. O primeiro organiza-se em departamentos e serviços especializados, a saber: Departamento de Ciências da Educação, de Ciências Exatas e Tecnológicas, de Ciências Humanas e Sociais, de Língua e Cultura Portuguesas, a que acresce o Gabinete de Planeamento de Ensino e o Núcleo de Processamento de Resultados. O segundo integra os centros de estudos e os projetos de ensino pós-graduado, nomeadamente os dois primeiros mestrados criados na Universidade, Comunicação Educacional Multimédia e Relações Interculturais³². O Centro de Documentação articula-se com este último instituto, visto que uma das suas principais funções consiste em dar apoio à formação pós-graduada e à investigação científica (artigo 76.º). Todos os diretores das unidades orgânicas e estruturas organizativas eram nomeados pelo reitor. A Universidade mantinha delegações no Porto e em Coimbra, bem como uma rede de centros de apoio sediada em estabelecimentos de ensino superior.

Na estrutura orgânica da Universidade cabia um lugar de destaque ao Instituto de Comunicação Multimédia (ICM), o único que gozava de autonomia administrativa e financeira. Agrupava duas unidades: a Unidade de Apoio ao Sistema Educativo e a Unidade de Formação Profissional. Pretendia-se que prestasse serviços externos no domínio da produção audiovisual e da formação, através de contratos com outras entidades, que poderiam estar fora do âmbito universitário. Entendia-se que, a prazo, o ICM poderia atingir a auto-suficiência orçamental por via das relações contratuais com terceiras entidades³³. A anterior Direção de Serviços Técnicos foi integrada no ICM com a designação de Serviços de Produção, onde se incluíam três divisões: a de Mediatização, de Exploração e de Planeamento.

Um papel importante no funcionamento da Universidade competia, naturalmente, aos serviços administrativos, académicos, culturais, que englobavam a divisão de edições e de relações exteriores, bem como ao gabinete técnico, que superentendia nas obras e manutenção de instalações e equipamentos, e ao centro de informática. A reitoria também passava a dispor de serviços de apoio: assessoria de planeamento e gestão, assessoria jurídica, gabinete do reitor.

No diploma de criação não estava prevista qualquer estrutura representativa dos estudantes. Apesar da dificuldade de reunir

Os suportes físicos e financeiros

uma população estudantil dispersa geograficamente, os dirigentes da Universidade empenharam-se em fomentar a criação de uma estrutura de audição e representação democrática dos estudantes. O Colégio de Delegados dos Estudantes constituiu-se logo em 1991 e ficou consignado nos Estatutos, explicitando-se que era apoiado pela Universidade em montante a definir anualmente pelo Senado (artigo 103.º- 5).

A entrada em vigor dos Estatutos possibilitou a publicação do regulamento das eleições dos membros da Assembleia e do Senado. As eleições realizaram-se a 13 de maio de 1994. A breve trecho, a Universidade entrava num novo quadro de organização e funcionamento democráticos.

A Universidade Aberta herdou a sede do IPED, o Palácio Ceia, que continuou a ser objeto de obras e restauros. Inicialmente estava previsto que iria ficar também com o edifício do ITE, na Rua Florbela Espanca. Contudo, em 1989, por despacho do ministro da Educação, aquelas instalações foram afetadas ao Conselho Nacional de Educação³⁴. A possibilidade de aquisição de um edifício perto da sede da Universidade também se gorou, visto que o único imóvel disponível na época foi cedido à Fundação Calouste Gulbenkian para instalar o Museu Vieira da Silva³⁵. Os dirigentes da UAb viram-se na contingência de ter de alugar instalações dispersas pela cidade de Lisboa e arredores para acomodar vários serviços e contavam ainda com um espaço cedido pelo Ministério da Educação para a Central de Multicópias, na Av. 24 de Julho³⁶. A Universidade dispunha



de delegações no Porto e em Coimbra, cujas instalações viria a adquirir. Além disso, ocupava parcialmente instalações em vinte estabelecimentos de ensino superior onde funcionavam os Centros de Apoio, através de protocolos realizados com politécnicos e universidades³⁷. Em 1993, estimava-se em 5000 m² o défice de instalações para alojar o pessoal e os serviços³⁸.

No domínio dos equipamentos, a UAb ficou com o espólio das entidades antecessoras, nomeadamente o mobiliário e equipamentos de produção profissional de áudio, vídeo e *scripto*, bem como material informático. Porém, foi necessário desenvolver um trabalho de reparação do que estava em mau estado e de aquisição de novo mobiliário de escritório, bem como de peças soltas de estilo adequadas às áreas nobres do Palácio Ceia (adquiridas em segunda mão). O material de produção profissional em vídeo constituía a parte mais cara dos equipamentos da Universidade, cuja obsolescência era rápida devido à evolução técnica. Tinha sido, por isso, desafetada a totalidade dos equipamentos da norma U-matic Lowband que se tornara obsoleta. Os da norma U-matic Highband

foram afetados a produções de menor exigência tecnológica e concentrados no centro de produção do Areeiro. E, em 1993, estava praticamente concluída a aquisição da norma atualizada Betacam SP e da sua conversão em 1", exigida pela RTP para as emissões televisivas; esses equipamentos estavam no centro de produção da sede³⁹.

O projeto de infraestrutura informática remontava a 1986 e tinha sido executado por via de um protocolo com a Universidade Técnica de Lisboa (INESC)⁴⁰. Também neste caso a evolução tecnológica tornava rapidamente desatualizados os sistemas informáticos considerados globalmente, mas a falta de disponibilidade financeira obrigava a uma gestão criteriosa e faseada dos recursos e equipamentos existentes, no que respeita ao *hardware*, ao *software* e à própria gestão da rede. Outro setor onde a Universidade tinha de investir era o da fotocomposição profissional de textos para edição⁴¹, devido ao envelhecimento dos equipamentos e à importância que a editora assumira na produção de obras destinadas ao ensino e à divulgação cultural.



A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

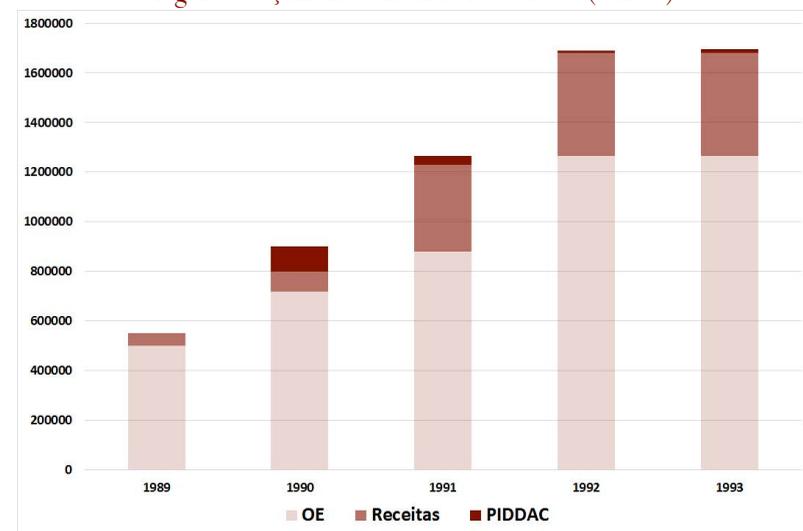
1988-1994

No âmbito dos equipamentos pode considerar-se o Centro de Documentação, indispensável para o apoio ao ensino e à investigação. Em 1982, o IPED tinha adquirido uma valiosa biblioteca que tinha ido a leilão, constituída maioritariamente por obras com interesse para a história, a literatura e a cultura portuguesas, com destaque para uma importante Camiliana (2666 lotes de livros)⁴². Em 1993, o Centro já contava com 8300 volumes e 99 títulos de revistas na sede, a que acresciam 3000 volumes e 11 títulos nas instalações do ICM, para o serviço da Unidade de Apoio ao Sistema Educativo, e mais 1700 livros e 28 revistas nas delegações norte e centro. Uma parte significativa das revistas era obtida por permuta ou oferta. O Centro era então o mais bem apetrechado, em termos nacionais, no domínio do ensino a distância e das tecnologias de comunicação mediatizadas⁴³.

Finalmente, um aspeto sensível para o funcionamento e viabilidade de qualquer instituição é o respetivo orçamento. A UAb ficou dependente de uma dotação financeira do Orçamento do Estado que não estava sujeita a regras definidas, o que era um fator de tensão nas relações entre os dirigentes da Universidade e a tutela. Havia um entendimento deficiente por parte do Ministério da Educação das necessidades de uma instituição de ensino a distância, nos moldes tradicionais, com custos pesados no setor da logística, das comunicações e do equipamento técnico, além de ser imprescindível um

planeamento dos investimentos na produção de blocos multimédia para os novos cursos com, pelo menos, um ano de antecedência. Não houve esse cuidado por parte da tutela e os orçamentos de 1989 e 1990 foram “absolutamente insuficientes para as exigências dos cursos a iniciar”⁴⁴ que consistiam em encomendas do Ministério da Educação no âmbito da formação de professores. Foi recomendado à Universidade que concorresse ao Fundo Social Europeu, mas a libertação de verbas demorou mais de um ano a ser concretizada e a instituição viu-se confrontada com uma situação de endividamento generalizado⁴⁵.

Fig. 1 – Orçamentos da UAb 1989-1993 (contos)



Fontes: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992). Texto policopiado. Lisboa. Março de 1993, p.56-57; Hermano do Carmo, *Modelos Ibéricos de Ensino Superior a Distância no Contexto Mundial*, Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: Universidade Aberta, p. 475.

Entre 1989 e 1993 o orçamento aumentou 68%, com o grande contributo das verbas do Orçamento do Estado e um significativo crescimento das receitas próprias da Universidade. Contudo, entre 60 e 70% da dotação do OE destinava-se a fazer face aos custos com pessoal. Se deduzirmos ainda as despesas correntes de funcionamento, sobrava efetivamente pouco para os investimentos necessários a uma instituição que estava a dar os primeiros passos.

Recursos Humanos

Em 1993, estava previsto um quadro total de 414 pessoas. Porém, a realidade ficava aquém desse valor, “devido à falta de descongelamentos, lentidão de processo de integração no quadro de pessoal com outros vínculos e dos mecanismos de concursos de promoção.”⁴⁶ No total, estavam ao serviço da Universidade 379 funcionários e docentes a tempo inteiro, em março de 1993⁴⁷.

A nível do corpo docente, nota-se a escassa percentagem de docentes doutorados (12%), apesar de, àquele número, termos de acrescentar quatro docentes em regime de acumulação, dos quais dois catedráticos, um associado e um auxiliar. Previam-se novas contratações e, sobretudo, um forte investimento na formação dos docentes, através da realização de doutoramentos e de mestrados.

O pessoal não-docente triplicava em número o pessoal docente, dado o peso do setor técnico-profissional ligado à produção dos blocos multimédia e às emissões televisivas e radiofónicas, bem como a carga do setor logístico e administrativo indispensável para fazer a gestão das

comunicações e dos processos administrativos dos estudantes. Entretanto, tinham sido criadas novas carreiras de mediação na função pública, por proposta da Universidade⁴⁸, mas não foram desbloqueados, de imediato, os respetivos lugares nem o regulamento de estágio para o ingresso naquelas carreiras *ab initio*⁴⁹. Tal situação levava parte do pessoal já formado e ao serviço a transitar para os produtores independentes e para as cadeias privadas, com grave prejuízo da capacidade de produção da Universidade.

Fig. 2 – Pessoal ao serviço da UAb a tempo inteiro em março de 1993

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Corpo docente	
Professor catedrático	5
Professor Associado	3
Professor Auxiliar	3
Assistentes c/ mestrado	22
Assistentes s/ mestrado	9
Assistentes estagiários	11
Docentes requisitados ao ensino básico e secundário	36
Subtotal	89
Pessoal não-docente	
Do quadro	
Dirigente e de chefia	24
Técnico superior	19
Técnico	6
Técnico-profissional	65
Administrativo	31
Auxiliar	21
Operário	14
Subtotal	180
Com contrato a termo certo	
Não especificado	110
Total do pessoal não docente	290
Total geral	379

Fonte: *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 48-50.

Cursos, formação de professores e profissional

O primeiro curso da Universidade Aberta foi a Profissionalização em Exercício, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de agosto, respondendo a uma encomenda do Ministério da Educação, que pretendia formar milhares de professores na área das disciplinas pedagógicas, para, em seguida, os integrar na carreira docente do ensino preparatório e secundário. Os docentes que tivessem seis anos de bom e efetivo serviço ficavam dispensados da componente de projeto de formação e ação pedagógica, isto é, da parte prática, podendo assim realizar a sua profissionalização através deste curso da Universidade Aberta. O curso teve início em fevereiro de 1990 com a lecionação em regime de ensino a distância das unidades curriculares do tronco



comum: Comunicação Educacional, Métodos e Técnicas da Educação e Psicologia Educacional⁵⁰. Diversas Didáticas Específicas começaram também a ser lecionadas logo naquele ano e, nos dois seguintes, outras foram oferecidas nos planos curriculares, num total de dezasseis disciplinas, para permitir a profissionalização de vários grupos de docência.

Fig. 3 – Professores em formação em serviço e aproveitamento (1989-1993)

Anos letivos	Número de inscritos	Aprovados	Porcentagem de aprovação
1989-1990	3380	3180	94%
1990-1991	1484	1334	90%
1991-1992	1640	1428	87%
1992-1993	508	438	86%
Total	7012	6380	91%

Fonte: Direção dos Serviços Académicos, em 16-02-2108

Tendo-se constatado que, além dos docentes colocados pelas listas do Ministério da Educação, ainda havia um número considerável que pretendia fazer aquela formação, foi aberto um curso de Qualificação em Ciências da Educação de inscrição livre e propinas pagas pelos próprios formandos. Logo no primeiro ano letivo, de 1990-1991, teve 475 inscritos, que subiram para 1522 formandos no ano seguinte. Assim, ao fim de três anos, o número de professores que tinham feito a formação pedagógica na UAb já ascendia a 7172⁵¹.

O primeiro curso de licenciatura foi na área da Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses e Franceses⁵² – e fora inicialmente pensado para o completamento de habilitações académicas, sobretudo de professores que tinham somente habilitação suficiente para o ensino secundário. A criação de novos cursos era vital para o lançamento da Universidade e, por isso, foi feito um grande esforço com os poucos recursos disponíveis.

Surgem, nesta fase, seis novos cursos, alguns com diversas variantes, além dos três já referidos e em oferta. O seu funcionamento implicava, de acordo com o modelo de ensino a distância em vigor na Universidade Aberta, produzir os blocos multimédia de apoio aos estudantes, nomeadamente, obras de base (manuais universitários), antologias de textos, audiogramas e videogramas que eram distribuídos como material de estudo. O material audiovisual resultava da gravação dos programas que eram emitidos pela televisão e pela rádio. Para o efeito eram contratados professores de várias universidades do país, com currículo firmado na área disciplinar, que eram apoiados por professores, assistentes e tecnólogos da Universidade, dado que não havia então doutorados e especialistas em número suficiente na UAb.

Fig. 4 – Cursos de licenciatura criados em 1993 e 1994

Designação	Objetivos	Portaria
Bacharelato e licenciatura em História de Portugal	Formação de professores do ciclo preparatório; Formação de funcionários públicos e empregado do setor terciário; Divulgação da história e cultura portuguesas.	N.º 1031/93, de 27 de outubro.
Bacharelato e licenciatura em História e Língua Portuguesa	Solicitação do ME para reconversão de licenciados em História para professores de Português.	N.º 1096/93, de 29 de outubro.
Bacharelato e licenciatura em Estudos Ingleses e Franceses	Formação de profissionais do setor terciário; Mobilidade na Europa comunitária.	N.º 1088/93, de 18 de outubro.
Bacharelato e licenciatura em Estudos Ingleses e Portugueses	Idem.	N.º 1082/93, de 27 de outubro.
Licenciatura em Ensino para Completamento de Habilitações Docentes	Solicitação do ME para qualificar professores c/ habilitação suficiente, do 2.º e 3.º ciclo e 1.º ciclo de Ensino Básico Mediatizado (EBM): <ul style="list-style-type: none"> • Português-Francês (2.º ciclo) • Português-Ingês (2.º ciclo) • Português-História (2.º ciclo) • Matemática e Ciências da Natureza (2.º ciclo) • Matemática (3.º ciclo) • Estudos Portugueses (3.º ciclo) • Português-Francês (3.º ciclo) • Português-Ingês (3.º ciclo) • História (3.º ciclo) 	Despacho N.º 140/R/94, de 23 de agosto, e 141/R/94. Decreto-Lei N.º 17/97, de 13 de fevereiro (para os professores do EBM)
Bacharelato e licenciatura em Estudos Portugueses	Formação de profissionais do setor terciário.	Despacho 144/R/94, de 23 de agosto.

Fonte: [Relatório de atividades], Universidade Aberta, Lisboa, [1999?], p. 4-6. (Biblioteca UAb, cota: L.S. 48734 ECT)

Os estudantes tinham um regime de avaliação formativa e final. A primeira consistia no envio de dois ou três testes formativos, caso se tratasse de disciplina semestral ou anual, que os estudantes devolviam à Universidade respondidos. Pretendia-se avaliar o grau de prossecução dos objetivos e possibilitar aos estudantes o necessário treino para as provas finais. Os assistentes corrigiam uma amostragem de testes e elaboravam relatórios de *feedback*, apontando os aspetos positivos e negativos do desempenho dos estudantes e, sobretudo, alertando para a necessidade de reforço do estudo de determinadas matérias, onde o desempenho fora considerado deficiente. Os exames finais eram presenciais e realizados nos Centros de Apoio locais ou em consulados e embaixadas no estrangeiro. No processo de aprendizagem, os estudantes dispunham de um sistema de apoio telefónico ou por correio, bem como de apoio presencial nas delegações e nos Centros de Apoio, com docentes dos respetivos estabelecimentos, remunerados a tempo parcial para prestarem esse serviço. De modo geral, os estudantes preferiam o contacto direto telefónico com os docentes da UAb responsáveis pelo acompanhamento das disciplinas. Pontualmente, alguns deslocavam-se às instalações da sede para um contacto presencial com os docentes.

Além dos cursos de formação de professores e dos bacharelatos e licenciaturas de carácter mais geral, a Universidade começou

a oferecer um regime de disciplinas singulares, com avaliação e certificação, e de inscrições livres, em cursos não-formais ou em disciplinas em oferta, como forma de atrair mais público⁵³. O primeiro curso do regime livre foi o de Museologia, em 1993, com o objetivo fornecer noções gerais sobre aquela área e de sensibilizar as pessoas para a importância da preservação do património cultural. Não era sujeito a avaliação nem havia certificação no final, não sendo necessário possuir uma habilitação académica de nível superior para frequentar os cursos e disciplinas oferecidos livremente.

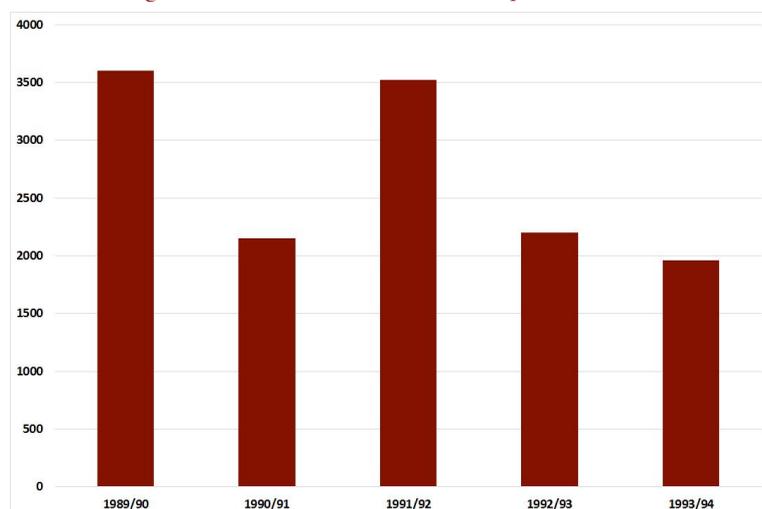
O primeiro curso de mestrado foi criado em 1989, em Comunicação Educacional Multimédia, com o objetivo de formar tecnólogos e docentes naquela área. Dois anos depois surgiu o segundo, o mestrado em Relações Interculturais⁵⁴, que resultou de uma proposta conjunta da Universidade Aberta, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e da Direção Geral de Extensão Educativa. Os cursos de mestrado eram presenciais e contavam com a colaboração de professores de outras universidades e de especialistas de reconhecido mérito.

Os graus de doutoramento seguiam o regime tutorial de orientação científica, próprio da época, e em 1993 já havia dez docentes da UAb com doutoramentos inscritos no Conselho Científico da instituição⁵⁵. Em 1994, foi entregue para provas

o primeiro doutoramento em Ciências da Educação, na especialidade de Organização de Sistemas de Formação, sobre o tema *Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*, apresentado por Hermano Duarte de Almeida e Carmo e coorientado pelos Professores Maria Beatriz Rocha-Trindade e Óscar Soares Barata.

Entre o ano letivo de 1989-90 e 1993-94, o número de estudantes inscritos oscilou entre um máximo de 3500 e um mínimo de 2100, em números redondos. A Universidade estava muito dependente da formação de professores e das listas de professores enviadas pelo ME para formação, mas essa situação iria alterar-se nos anos seguintes.

Fig. 5 – Total de estudantes inscritos por ano letivo



Fonte: Direção dos Serviços Académicos, em 12-02-2018.

No âmbito da formação profissional, o Instituto de Comunicação Multimédia promovia uma multiplicidade de cursos na sua área de competência, desde o curso de Formação de Formadores Multimédia, em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, e cursos intensivos sobre vários aspetos da realização de videogramas, sobre a imagem na publicidade e nos meios de comunicação e módulos para formação de formadores em domínios como a retroprojeção, fotografia, áudio e vídeo⁵⁶. Em colaboração com diversas entidades produziu material áudio e *scripto* de formação na área das pescas, na área da saúde, nomeadamente de prevenção da SIDA, entre outros, e prestou serviços destinados à montagem de sistemas de produção de vídeo profissional para várias organizações. Também criou o MediaClube, para incentivar o uso de meios audiovisuais no ensino básico e secundário, e realizou ações de formação especialmente destinadas a divulgar o uso das tecnologias junto dos professores.

Emissões de televisão e rádio

A primeira emissão da Universidade Aberta na RTP foi a 17 de fevereiro de 1990. Os dirigentes da Universidade tinham decidido apostar na televisão, apesar de ser mais cara, devido ao maior impacto deste meio de comunicação. Os programas foram inicialmente difundidos pela RTP2 às terças e às quintas-feiras no final da emissão (40 minutos cada) e aos sábados no início da emissão (80 minutos). Passaram, a partir de outubro de 1990, a concentrar-se no horário de sábado com vantagem para os trabalhadores-estudantes e para a visibilidade dos programas. A emissão semanal passou de 160 para 180 minutos, entre outubro de 1993 e setembro de 1994⁵⁷.



As emissões radiofónicas eram feitas através da Rádio Renascença, todos os dias úteis da semana, entre as 22 e as

22h20⁵⁸. Para além dos conteúdos de cada disciplina, os dois tipos de emissões incluíam a difusão de informações e notícias de utilidade para os estudantes. Fora do tempo letivo, entre 1 de julho e 30 de setembro, o tempo de antena era reservado para a difusão de programas culturais de âmbito mais geral, para a apresentação de novas disciplinas e transmissão de informações.

Nos primeiros cinco anos de existência, a Universidade produziu 327 vídeos e 201 audiogramas, bem como 56 manuais e antologias de textos⁵⁹. A consulta do catálogo das edições permite verificar a diversidade das publicações e das áreas temáticas abrangidas, num esforço realmente notável para dar resposta às necessidades de ensino e formação e ao intuito de ser uma instituição vocacionada para a extensão universitária e a difusão cultural. A dimensão de editora de produtos multimédia era considerada importante na época para a afirmação da Universidade. De facto, depressa se verificou que as vendas das obras de base era superior ao número de estudantes da UAb, porque estavam a ser também utilizadas noutros estabelecimentos de ensino superior.



Investigação e desenvolvimento

As atividades de investigação e desenvolvimento iniciaram-se ainda com o IPED, logo no início dos anos 80. Atendendo ao carácter transitório daquele organismo e ao que se considerava serem as áreas estratégicas para a futura Universidade Aberta, foram criados quatro centros de estudos: Tecnologia do Ensino a Distância; Pedagogia do Ensino a Distância; História e Cultura Portuguesas; Língua e Literatura Portuguesas.

Os dois primeiros acabaram por ser fundidos no Centro de Estudos de Ensino a Distância (CENTED), já na vigência da Universidade Aberta. A diretora e grande dinamizadora do CENTED foi a Professora Maria Emília Ricardo Marques. No organigrama, datado de 25 de março de 1994, já no contexto dos Estatutos, além do CENTED são indicados os seguintes centros de estudos: das Migrações e das Relações Interculturais, Língua e Cultura Portuguesas, Históricas e



Interdisciplinares, de Didática da Filosofia, de Pedagogia e Avaliação. Destes, o CEMRI, o primeiro centro de investigação em Portugal na área das migrações, fundado em 1989 pela Professora Maria Beatriz Rocha-Trindade, é o único que se mantém até hoje, dispondo de financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.



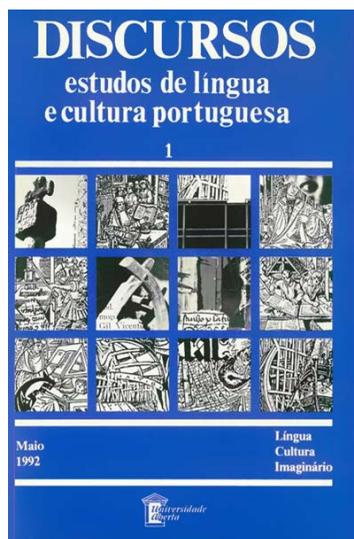
CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

Em termos de projetos de investigação, destacavam-se os projetos enquadrados em programas comunitários, como o programa DELTA, COMETT I e II, LINGUA⁶⁰, além de haver parcerias e colaboração com outros programas e iniciativas europeias. Uma diversidade de projetos de investigação de âmbito nacional estava ainda em curso, no domínio das tecnologias e da pedagogia audiovisual, do desenvolvimento curricular, da elaboração de testes de conhecimentos, das técnicas de avaliação, da herança cultural portuguesa, das migrações e das minorias étnicas, da educação multicultural, entre outros.

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

Em maio de 1992 foi publicado o primeiro número da revista *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesas*, uma iniciativa do Professor Carlos Reis, numa altura em que desempenhava a função de Pró-Reitor⁶¹. O 1.º número foi dedicado ao tema “Língua, Cultura e Imaginário” e nele se anunciava que a revista se dedicaria aos seguintes assuntos: reflexão linguística, sociocultural, questões de natureza didática e reflexão sobre a difusão e o ensino da literatura portuguesa⁶². A revista publicava-se três vezes por ano, em fevereiro, maio e outubro, e manteve-se, com algumas inflexões de percurso, até 2006.



Além disso, a Universidade foi organizadora e colaboradora em cerca de uma dezena de congressos internacionais, entre os quais destacamos a Conferência Internacional “Distance

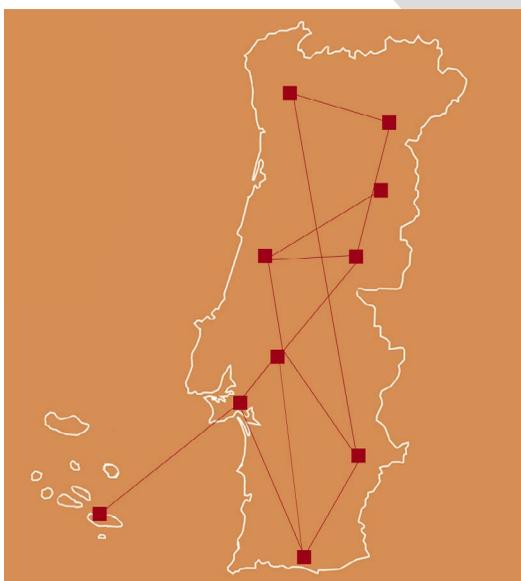
Education for Europe”, encomendado pela Comissão das Comunidades Europeias e a Presidência Portuguesa do Conselho, realizada em Coimbra, em março de 1992, e a Conferência Internacional sobre o Ensino de Português na Comunidade Europeia, patrocinada pela mesma entidade e organizada pela UAb, no Luxemburgo, em junho de 1992. Em 1993, a Universidade organizou a Conferência Mundial dos Presidentes das Instituições de Ensino a Distância, realizada em Lisboa⁶³.



Também participava na organização de cursos internacionais, como a Semana Luso-Espanhola de Pedagogia, organização conjunta da UAb e da UNED, em 1989, e um curso de verão no quadro do ERASMUS sobre “Movimentos migratórios na Europa Ocidental: perspetivas atuais”, em 1992, além de fazer parte da rede europeia do “European Certificate in International Comparative and Multicultural Studies”.

Cooperação e redes

No plano nacional, a Universidade Aberta esteve articulada com outras instituições de ensino superior, seja devido à rede de Centros de Apoio ou à colaboração de professores na elaboração das obras que foram sendo editadas, sem esquecer aqueles que em regime de acumulação ou a tempo inteiro estiveram ligados às atividades da instituição. Em 1993, a Universidade estava representada no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Nacional de Educação, Conselho Coordenador da Formação Contínua, Secretariado Nacional para o Audiovisual e Secretariado Coordenador para os Programas de Ensino Multicultural⁶⁴.



No plano internacional, importa recordar a importância que o facto de ser membro fundador da EADTU e organizadora de um seminário daquela agremiação, em Lisboa, teve na criação da Universidade. Em 1993, eram doze as entidades internacionais ligadas ao ensino a distância ou a outras atividades de interesse para a universidade onde estavam presentes membros da UAb na direção, nomeadamente European Distance Education Network (EDEN), Europe's Open Learning Network (SATURN), International Council for Educational Media (ICEM), International Council for Distance Education (ICDE), Associação das Universidades de Língua Portuguesa, entre outras⁶⁵. Vários elementos do corpo docente da Universidade eram consultores ou peritos em organismos internacionais. No âmbito bilateral, começavam a ser feitos protocolos com instituições estrangeiras com as quais havia afinidades e planos para o desenvolvimento de projetos comuns.

Dada a especial relevância para o projeto da UAb do mundo lusófono, havia contactos regulares com universidades brasileiras e com os governos e instituições dos países africanos de língua oficial portuguesa. A Universidade Aberta desempenhou funções de aconselhamento sobre a organização e os modelos de ensino a distância junto de diversos governos de países europeus (Itália, França e Grécia), da Nova Zelândia e de Hong Kong. Tal reconhecimento internacional culminou

com a iniciativa de criar, em Macau, uma universidade de ensino a distância, com o acordo do governo do território e o financiamento de capitais privados de Hong Kong, que já tinham estado envolvidos na criação da Universidade de Macau. A Universidade Aberta Internacional da Ásia (UAIA) iria lecionar em três línguas – chinês, português e inglês – uma variada oferta de cursos importados de vários países. A UAb tinha uma cota simbólica do ponto de vista financeiro, mas era o principal parceiro a nível académico e científico-pedagógico.

Como parte do processo de internacionalização, convém destacar dois prémios obtidos com produções da Universidade:

- o videograma “A Laranja” (18 minutos) foi premiado com a menção honrosa do prémio *Ville de Bale* da União Europeia de Radiodifusão (dezembro de 1992);
- a plataforma multimédia “Fonografe”, concebida para o ensino sistemático de português, foi distinguida com o 1.º prémio de Pedagogia (*ex-aequo* com o MIT, Mass.) no concurso Innovalangues que decorreu no quadro da Expolangues em Paris (janeiro de 1993)⁶⁶.

Pode, por conseguinte, afirmar-se que a inserção em redes e a cooperação estão presentes desde o início da Universidade. Não podia ser de outro modo, dada a pequena dimensão da

instituição, a escassez de recursos humanos e materiais e a grandeza da missão que lhe tinha sido cometida ao nível do ensino formal e não formal, da extensão universitária e da formação profissional, além da divulgação da língua e da cultura portuguesas no mundo.

Finaliza-se, deste modo, a narrativa sobre a fundação da Universidade Aberta, uma fase crucial da sua existência que ainda era pautada por um modelo de ensino a distância tradicional. Na primeira década do século XXI, acompanhando o progresso que se verificava noutros países, os dirigentes da Universidade, o corpo docente e os funcionários envolveram-se com empenho no processo de transição para um regime de *e-learning*, orientado pela introdução de um Modelo Pedagógico Virtual, próprio e certificado. A Universidade atualizou-se e evoluiu, naturalmente, mas recordar o seu passado é importante para não se dissiparem as memórias que sustentam uma identidade distinta no quadro do ensino público universitário português.

Notas

- ¹ O breve apontamento sobre a evolução do ensino a distância apoia-se nas seguintes obras: Anthony Kaye e Greville Rumble (ed.), *Distance teaching for higher and adult education*, London: Croom Helm Lda., 1981; Greville Rumble e Keith Harry, *The distance teaching universities*, London: Croom Helm Lda., 1982; Hermano do Carmo, *Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*, Tese de doutoramento policopiada, Lisboa: Universidade Aberta, 1994, em linha no Repositório Aberto. URI: <http://hdl.handle.net/10400.2/2491>; Universidade Aberta, *Plano de desenvolvimento 2000-2005*, Texto policopiado, Lisboa: 10 de fevereiro de 2000.
- ² Society to Encourage Studies at Home [last edited on 15-07-2017], *Wikipedia* em linha: https://en.wikipedia.org/wiki/Society_to_Encourage_Studies_at_Home [acesso a 7-1-2018].
- ³ Alan Tait (2008) What are open universities for?, *Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning*, 23:2, 85-93.
- ⁴ *Idem, ibidem.*
- ⁵ Base Nacional de Dados Bibliográficos. O descritor utilizado foi “curso por correspondência”.
- ⁶ O levantamento foi feito por uma equipa do Instituto Português de Ensino a Distância (IPED) e as organizações com maior número de formandos apontavam para números entre 150 e 170.000 – o Centro de Promoção Cultural e o Centro de Instrução Técnica, respetivamente. A mais antiga era o Centro de Ensino por Correspondência Álvaro Torrão – Rádio Escola Lda. Cf. Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 547-548.
- ⁷ Decreto-Lei n.º 46135, de 31 de dezembro de 1964, art. 2º.
- ⁸ Decreto-lei n.º 46136, de 31 de dezembro de 1964.
- ⁹ Decreto-lei n.º 48962, de 14 de abril de 1969 e Decreto-Lei n.º 48963, de 14 de abril de 1969, respetivamente. OIMAVE passou a designar-se Instituto de Meios Audio-Visuais de Educação.
- ¹⁰ Decreto-lei n.º 408/71, de 27 de setembro.
- ¹¹ Armando Rocha Trindade, *Introdução à Comunicação Educacional*, Lisboa: Universidade Aberta, 1990, p. 237-238. As emissões na RTP terminaram em 1987, mas continuaram a ser enviadas gravações para as escolas onde era ministrado o ensino mediatizado.
- ¹² Compunham a comissão os seguintes Professores: Adérito Sedas Nunes, Alberto Mello, Fernando Bragança Gil, João Evangelista e João António Girão. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta*, Lisboa: Março de 1993, p. 8.
- ¹³ Decreto-lei n.º 146-/76, de 19 de fevereiro, *Diário da República*, I série, n.º 42, 19 de fevereiro de 1976, p. 354.
- ¹⁴ *Ibidem.*
- ¹⁵ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 8.
- ¹⁶ Decreto-Lei n.º 491/77, de 23 de novembro, in *Diário da República*, n.º 271/1977, Série I de 1977-11-23.
- ¹⁷ Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 556-557.
- ¹⁸ Decreto-lei n.º 240/80, de 19 de julho, in *Diário da República*, n.º 165/1980, Série I de 1980-07-19.
- ¹⁹ Decreto-Lei n.º 519-VI/79, de 29 de dezembro, revisto pelo Decreto-lei n.º 371/80, de 12 de setembro, in *Diário da República*, I série, n.º 211, de 12-09-1980.
- ²⁰ Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 560.

- ²¹ A composição inicial desse órgão era a seguinte: Armando Rocha Trindade (presidente), José Costa Cabral, Maria Emília Cordeiro Ferreira, Vitorino Magalhães Godinho, Maria Emília Ricardo Marques, Manuela de Oliveira, Carlos Reis, Maria Leonor Machado de Sousa, empossados em 1980. Cf. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 9.
- ²² Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 560.
- ²³ *Ibidem*, nota 135, p. 563.
- ²⁴ Art.º 21.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. “1 – O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar. 2 – O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores. 3 – Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.”
- ²⁵ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 10-11.
- ²⁶ Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, nota 137, p. 564.
- ²⁷ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 17.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 76 e anteriores.
- ²⁹ Decreto-lei n.º 444/88, de 2 de dezembro, *Diário da República*, I série, n.º 278, 2-12-1988, p. 4759.
- ³⁰ *Estatutos da Universidade Aberta*, Lisboa: Universidade Aberta, 1994, Nota Prévia.
- ³¹ Despacho Normativo 197/94, de 25 de março, *Diário da República*, n.º 71/1994, Série I-B de 1994-03-25.
- ³² Quanto aos centros de estudos, o artigo 71.º 3-a) refere: Centro de Estudos de Ensino a Distância, Centro de Estudos de Língua e Cultura Portuguesas, Centro de Estudos de Pedagogia e Avaliação. Mas no organigrama, datado de 25-03-1994, são discriminados mais: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinares e Centro de Estudos de Didáctica da Filosofia.
- ³³ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 47.
- ³⁴ *Ibidem*, p. 69.
- ³⁵ *Ibidem*, p. 70.
- ³⁶ Instalações alugadas: Serviços Académicos, Rua da Imprensa Nacional, n.º 140, 2.º e 3.º andar; Centro de Produção do Areeiro, Rua Padre Manuel da Nóbrega, n.º 3B 1.º; Instituto de Comunicação Multimédia, Av. Duque de Ávila, n.º 193, 6.º e 8.º; Armazém de Edições; Rua da Memória, lote 124, Santa iria de Azóia, o único que ficava fora de Lisboa.
- ³⁷ Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Inst. Pol. do Porto, Universidade do Minho, Escola Superior de Educação de Bragança, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade de Aveiro, Inst. Pol. de Viseu, de Lamego, da Guarda, Escola Sup. de Educação de Bragança, de Portalegre, Inst. Pol. de Santarém, Esc. Sup. de Educação de Leiria, de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, Esc. Sup. de Educ. de Setúbal, Universidade de Évora, Esc. Sup. de Educ. de Beja, Universidade do Algarve e da Madeira. Cf. *Ibidem*, p. 51-52.
- ³⁸ *Ibidem*, p. 70.
- ³⁹ *Ibidem*, p. 54.

- ⁴⁰ *Ibidem*, p. 54.
- ⁴¹ *Ibidem*, p. 55.
- ⁴² Vide catálogo da biblioteca antiga. Informação Bibliográfica, elaborada por António Abreu Fumaça, para venda em leilão..., Sociedade de Leilões Nova Aliança, Lda., Lisboa, 1982.
- ⁴³ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 47.
- ⁴⁴ *Ibidem*, p. 57.
- ⁴⁵ *Ibidem*, p. 74.
- ⁴⁶ *Ibidem*, p. 50.
- ⁴⁷ *Ibidem*, p. 50.
- ⁴⁸ Decreto-lei n.º 269/89, de 18 de agosto.
- ⁴⁹ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 70.
- ⁵⁰ *Ibidem*, p. 20.
- ⁵¹ *Ibidem*, p. 21.
- ⁵² Portaria n.º 464/89, de 23 de junho, alterada pela portaria n.º 984/89, de 15 de novembro, e pela portaria n.º 1058/90, de 16 de outubro.
- ⁵³ Despacho reitoral de 12 de agosto de 1991 (DR, 2.ª série, 30-8-1991) e 15 de setembro de 1992 (DR, 2.ª série, 27-10-1992).
- ⁵⁴ Portaria n.º 944/91, de 17 de setembro. Cf. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 23.
- ⁵⁵ *Ibidem*, p. 50.
- ⁵⁶ *Ibidem*, p. 35-37.
- ⁵⁷ Hermano do Carmo, *Ensino Superior a Distância em Portugal (Separata) Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 621.
- ⁵⁸ *Idem, Ibidem*.
- ⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 619-620.
- ⁶⁰ *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta. I - Balanço de Atividades (1989-1992)*. Texto policopiado. Lisboa, março de 1993, p. 27.
- ⁶¹ *Discursos, Série Estudos Portugueses e Comparados*, n.º 1, VI série, março de 2006, p. 10.
- ⁶² *Discursos, Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, n.º 1, maio de 1992, Apresentação, p. 12.
- ⁶³ *Ibidem*, p. 29.
- ⁶⁴ *Ibidem*, p. 38.
- ⁶⁵ *Ibidem*, p. 39.
- ⁶⁶ *Ibidem*, p. 42.

Referências bibliográficas

CARMO, H. (1994). *Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: Universidade Aberta. Em linha no Repositório Aberto. URI: <http://hdl.handle.net/10400.2/2491>.

CARMO, H. *Ensino Superior a Distância em Portugal*. Separata de Carmo, H. *Modelos ibéricos de ensino superior a distância (no contexto mundial)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 525-628.

Discursos, Série Estudos Portugueses e Comparados. N.º 1, VI série, março de 2006. *Discursos, Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*. N.º 1, maio de 1992.

Estatutos da Universidade Aberta, Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

RUMBLE & HARRY, G. e K (1982). *The distance teaching universities*. London: Croom Helm Lda.

RUMBLE, K. e G. (ed.) (1981). *Distance teaching for higher and adult education*. London: Croom Helm Lda.

TAIT, A. (2008). What are open universities for?, *Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning*, 23:2, 85-93.

TRINDADE, A. R. (1990). *Introdução à Comunicação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Universidade Aberta. *Plano de desenvolvimento 2000-2005*. Texto policopiado. Lisboa, 10 de fevereiro de 2000.

Universidade Aberta. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidade Aberta*. I - Balanço de Atividades (1989-1992); II – Plano de desenvolvimento (1993-1999). Texto policopiado. Lisboa. Março de 1993.



*Universidade
aberta*

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

20 anos
UNIVERSIDADE
AbERTA

UNIVERSIDADE
AbERTA 
anos

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt
ANOS

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA

1988-1994

